

**Na iminência da catástrofe:
o possível rompimento de barragem e a “lama invisível” de Barão de Cocais (MG)¹**

Bianca van Steen Mello Laurino (PPGAS/USP-SP)

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo compartilhar algumas reflexões iniciais acerca da situação em que se encontra a população de Barão de Cocais (MG), contribuindo para a compreensão de como os moradores deste município têm lidado com a probabilidade de rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração, controlada pela multinacional Vale S/A. Há mais de um ano, Barão vive com a presença do fantasma do rompimento, à espera de uma possível tragédia. Apesar de a catástrofe ainda não ter se efetivado, sua possibilidade, por si só, já afeta a região em diferentes dimensões. As alterações geradas não só impõem reorganizações do cotidiano local, na passagem de uma realidade estável para outra instável, como também exigem a criação de novas estratégias para viver – e sobreviver. A respeito desta paisagem incerta, o presente artigo aposta na hipótese de que percepções relacionadas ao medo e à própria noção de incerteza se alteram à medida que o tempo passa. Se, por um lado, muitas vidas humanas e não humanas foram colocadas em suspensão; por outro, a prolongada espera de algo que pode nunca vir a acontecer (mas que em certa medida também já ocorreu) embaralha a maneira pela qual passado, presente e futuro são percebidos no Antropoceno.

Palavras-chave: crise socioambiental; rompimento de barragem; percepções temporais.

Preâmbulo: Uma pesquisa incerta sobre uma paisagem incerta em meio a um momento de incertezas

Este texto não poderia começar sem um pequeno comentário sobre suas próprias condições de escrita. Em meio à atual pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus, incertezas sobre o futuro marcam fortemente a experiência cotidiana, ainda que muitos meses já tenham se passado dentro do novo cenário instaurado em grande parte do mundo.

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião de Antropologia Brasileira, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

Pensar e escrever sobre paisagens incertas (como sugere o nome do Grupo de Trabalho no qual esse texto será apresentado²) é, neste momento, também um convite para refletir a respeito da situação em que todos nos encontramos. Como sempre, ao pensar sobre “outros” e, mais ainda, com eles, a antropologia nos permite pensar sobre “nós” e as relações que estabelecemos com tudo aquilo que está a nossa volta. Com isso, no entanto, não tenho a intenção de apostar em comparações ou no estabelecimento de conexões entre o que vivemos, em termos globais, e a situação em que se encontram os moradores de Barão de Cocais. Até porque a pandemia também os afeta diretamente, criando novas camadas de angústia e incerteza que se somam às que aqui serão descritas, relacionadas ao possível rompimento de uma barragem de rejeitos.

Mesmo que relações entre dimensões globais e locais sejam uma das temáticas que compõem o Antropoceno enquanto campo de estudos científico³, falar a respeito dos impactos da pandemia resultaria em um texto de outra natureza, com outros objetivos, exigindo diversos outros engajamentos de minha parte. Em especial engajamentos etnográficos, exatamente sobre os quais agora recaem tantas incertezas. E é aqui que me parece fazer algum sentido falar sobre o mundo pós COVID-19 neste texto. A pandemia afeta diretamente investigações científicas e antropológicas, principalmente em relação às possibilidades de realização de trabalho de campo.

Em linhas muito gerais, o objetivo central de minha pesquisa é compreender, por meio da etnografia, como a população de Barão de Cocais, município de Minas Gerais, está lidando com a possibilidade de rompimento da barragem Sul Superior, localizada na Mina Gongo Soco, controlada pela empresa multinacional Vale/SA. Apesar de tudo, sigo fortemente com esse objetivo. Porém, a incerteza do trabalho de campo parece torná-lo um tanto quanto difícil e distante, pelo menos aparentemente. Como acessar questões tão sensíveis às pessoas sem estar fisicamente presente? É possível criar a confiança necessária para conversar com os moradores de Barão sobre tal assunto de maneira remota? Como tornar viável o entendimento de sensações que dizem respeito ao medo sem observar corpos, posturas e condutas sensíveis dos sujeitos no espaço e no tempo?

² Grupo de Trabalho 21 – “Buscando a vida em paisagens incertas”, coordenado por Federico Neiburg (UFRJ) e Thomas Jacques Cortado (Unicamp).

³ Especialmente antropológico, filosófico e histórico, mas me arrisco a estender a afirmação a outros campos, uma vez que o Antropoceno tem sido matéria de investigação diversas áreas do conhecimento, possibilitando inclusive abordagens transdisciplinares – que particularmente me interessam.

Destaco estes questionamentos não com a pretensão de respondê-los, pois são perguntas ainda presentes em minha mente, mas sim na intenção de frisar as dúvidas que atravessam as reflexões que aqui serão desenvolvidas. Tenho ciência que questões semelhantes permeiam a pesquisa de muitos colegas, professoras, professores e até mesmo pesquisadores de outras áreas. Sei, também, que a antropologia nos oferece diversas ferramentas interessantes para pensar a etnografia fora do contexto presencial. Provavelmente, elas serão tópico de muitas discussões ao longo dos próximos anos. Ainda não me sinto preparada para encarar tais questões, mas sinto que seria desonesto da minha parte escondê-las neste texto, como se as descrições aqui presentes não fossem afetadas pelo atual momento que, mais uma vez, é sobretudo de dúvidas.

Ou seja, trata-se de uma pesquisa que, marcada por incertezas, busca entender uma paisagem incerta, em tempos incertos. Já teci breves comentários sobre as indefinições da pesquisa e acredito não ser preciso me debruçar sobre o momento atual. Resta, então, falar do aspecto mais importante, o contexto etnográfico.

Rompimentos de barragens e caminhos de lama

Nos últimos anos, a devastação causada pela chamada “lama tóxica” derramada após rompimentos de barragens de rejeitos⁴, em especial no Estado de Minas Gerais, vem impressionando o Brasil e o mundo. Apesar de este quadro não ter se iniciado com o episódio que ficou conhecido como o “desastre de Mariana”, em novembro de 2015, foi a partir dele e dos rompimentos que o sucederam que o assunto ganhou centralidade na opinião pública, ampliando e aprofundando investigações científico-acadêmicas e jornalísticas a respeito.

O rompimento da barragem do Fundão, pertencente à Samarco⁵, ficou conhecido como um dos maiores desastres socioambientais dos últimos tempos: a lama percorreu quase 700 km entre Mariana e o Oceano Atlântico. O caso de Brumadinho, por sua vez, chocou pelo número de mortes decorrentes do rompimento da barragem controlada pela Vale S/A, em janeiro de 2019: foram 259 mortos, sendo que os corpos de 11 pessoas continuam desaparecidos⁶.

⁴ Reservatórios destinados à retenção de resíduos sólidos e água resultantes da extração de mineração.

⁵ Empresa controlada pela Vale S/A e pela mineradora anglo-australiana BHP Billiton.

⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/02/brumadinho-perto-de-caminhonete-bombeiros-encontram-celular-de-vitima-ja-identificada-antes.ghtml> (acesso 19/09/2020).

Além destes, outros casos compõem o quadro: o vazamento de rejeitos em Barcarena (PA), em fevereiro de 2018 (episódio que já havia ocorrido em 2009); os rompimentos de barragens em Machadinho d'Oeste (RO), em março de 2019; em Pedro Alexandre (BA), em julho; em Nossa Senhora do Livramento (MT), em outubro do mesmo ano; e, mais recentemente, uma tubulação de barragem se rompeu em Jati, no Ceará, em 21 de junho de 2020. Embora parte das consequências provocadas por esses eventos seja imediata e visível, os danos sociais, culturais, ambientais, ecológicos e econômicos ainda estão sendo compreendidos e registrados. Muitos deles são inclusive imensuráveis, tanto do ponto de vista material como imaterial, e não podem ser compensados, sobretudo financeiramente.

O que se percebe é que o Brasil tem sido palco de grandiosos “desastres” socioambientais e, ainda que suas proporções sejam monumentais, essas tragédias não podem ser compreendidas como excecionalidades. Tanto por sua recorrência, como demonstrado acima, quanto pelo fato de estarem inseridas em um contexto de *crise planetária* causada por ações antrópicas, cada vez mais evidentes, como caracterizam Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski (2014). Ou, como bem nomeou Isabelle Stengers (2015), vivemos *no tempo das catástrofes* – marca da também atual Época geológica, a qual tantos cientistas atribuem o nome de Antropoceno.

Nesta conjuntura, cresce a atenção sobre Minas Gerais, apesar dos rompimentos não estarem restritos aos seus limites. Isso porque a história da mineração brasileira está intrinsecamente relacionada ao território de Minas Gerais. Depois de três séculos de exploração, o estado permanece sustentando a maior produção mineral comercializada do país⁷, atualmente seguido pelo Pará. Não surpreende, então, que entre as 196 barragens catalogadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) com alto ‘potencial de danos’, 132 estejam em solo mineiro, sendo 59 da Vale e de suas subsidiárias⁸. Todavia, vale ressaltar que esse tipo de classificação está sujeito a contestações, uma vez que as barragens de Mariana e de Brumadinho eram ambas consideradas de baixo ‘risco de acidente’⁹; e que das 790 barragens de rejeitos do país, mais de 300 não possuem classificação¹⁰.

⁷ Segundo dados oficiais da Agência Nacional de Mineração, publicados no Anuário Mineral Brasileiro de 2018 (ANM, 2018).

⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/30/pais-tem-quase-200-barragens-de-mineracao-com-alto-potencial-de-dano.ghml> (acesso 07/10/2019).

⁹ ‘Risco de acidente’ e ‘potencial de danos’ são dois índices distintos usados na avaliação de barragens. O primeiro diz respeito à possibilidade de acidente e o segundo às consequências daí decorrentes.

¹⁰ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47056259> (acesso 07/10/2019).

Entre as barragens que foram enquadradas na categoria de ‘baixo risco’, o caso do Complexo Minerário de Gongo Soco, localizado no município de Barão de Cocais (MG), chama atenção pela rápida alteração de seu diagnóstico. Por conta de movimentações muito acima do esperado na estrutura da barragem Sul Superior, a ANM interditou a mina e declarou, em março de 2019, estado de alerta máximo de risco de acidentes. Construída pelo método de alteamento à montante, como em Mariana e Brumadinho, a barragem está com um de seus taludes (paredão de terra formado pelas escavações da mineração, responsável pela estabilidade do aterro) comprometido, em desabamento gradual. Resta saber se isso vai ou não desencadear o rompimento da barragem, total ou parcialmente.

Desde então, a população de Barão e, principalmente, das vilas mais próximas à mina Gongo Soco vivem com o “fantasma” do rompimento, à espera de mais uma tragédia. ‘Mais uma’ aqui assume duplo sentido: um se refere aos rompimentos anteriores; e outro, ao episódio do rompimento em si, visto que sua iminência, por si só, já afetou drasticamente a região. Entre o possível e o provável, muitos aspectos da vida local têm sido alterados. Nas palavras de Jaqueline Ramos, moradora obrigada a deixar sua casa por essa localizar-se no provável caminho da lama, calculado pelo Corpo de Bombeiros, a região já foi atingida pelo “monstro de lama invisível”¹¹.

Consequências do extrativismo minerário: desastres?

Com legislações permissivas e fiscalizações falhas por parte dos órgãos de controle (Santos e Milanez, 2017), o Brasil constitui um terreno fértil para a ocorrência de novas “tragédias”. A esse respeito, há uma extensa discussão sobre o licenciamento ambiental vigente no país. Segundo a antropóloga Andréa Zhouri, o licenciamento brasileiro “é configurado e regido por uma lógica urbano-capitalista de apropriação da natureza” (2012, p. 47), que funciona por meio do *paradigma da adequação ambiental*, um jogo político regido sobretudo pela lógica desenvolvimentista, subordinada aos interesses econômicos. Aspectos socioambientais e culturais são, normalmente, tratados como problemas a serem resolvidos por meio de soluções técnicas e administrativas, empresariais e governamentais, traduzidas em medidas mitigatórias e compensatórias que não inviabilizem os projetos do ponto de vista econômico-orçamentário.

¹¹ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2019/05/28/moradores-de-barao-de-cocais-convivem-com-incerteza-sobre-o-futuro.ghtml> (acesso 07/10/2019).

Assim, apagam-se diversidades socioculturais em favor de uma visão parcelar, legitimada pela cientificização e juridificação das políticas públicas. A mineração enquanto campo de lucros e investimentos no Brasil está compreendida nas dinâmicas neoliberais. Seu padrão extrativista não deve ser pensado de forma isolada, visto que se repete no espaço-tempo latino americano. Eduardo Gudynas chama atenção para a forma pela qual os procedimentos ambientais legais dos Estados cedem às pressões extrativistas na América Latina, provocando mudanças em políticas públicas, no funcionamento do mercado, na compreensão social de justiça e democracia e até no conceito de “natureza”. O autor chama este traço de *efeito derrame* da mineração, uma vez que seus impactos extrapolam âmbitos locais e temporais específicos (2006, p. 74).

Caracterizada pelo alto volume de extração direcionado à exportação de *commodities*, a mineração latino americana implica intensos efeitos socioambientais (Zhour, 2017), tendo como discurso de fundo o suposto desenvolvimento econômico para combater a pobreza e a desigualdade. Em outras palavras, o capitalismo, em suas diferentes perspectivas, formula e apresenta, a todo momento, situações em que as únicas escolhas possíveis estejam sempre restritas a *alternativas infernais*, de modo que parece não haver outra possibilidade se não resignar-se (Pignarre & Stengers, 2005): ou as consequências do desenvolvimento ou a miséria de alguns. O que decorre da tomada dessas alternativas infernais é a morte da imaginação política, do direito de pensar coletivamente sobre outras possibilidades de futuro. O que Stengers e Pignarre tentam alertar é que tratam-se de falsas dicotomias, ainda que seus efeitos sejam verdadeiros. De que vale assegurar a dignidade humana de alguns, se para isso é preciso devastar o mundo, sem o qual a própria humanidade não pode viver dignamente?

José Miguel Wisnik nos mostra como a poesia de Carlos Drummond de Andrade representa um importante testemunho sobre o processo de consolidação da mineração de Minas Gerais. A própria memória do poeta é também a memória de sua cidade natal, Itabira, onde a Companhia Vale do Rio Doce (hoje a privatizada Vale S/A), iniciou suas atividades minerárias há 70 anos atrás. Já naquela época,

“a obra de Carlos Drummond de Andrade tocou pioneiramente numa ferida que está aberta hoje: a degradação do meio ambiente e da vida nas áreas afetadas pela mineração cega às suas próprias consequências. Esses sinais gritam na catástrofe de Mariana, gemem abafados em tantos lugares do território de Minas Gerais, alguns deles sujeitos a uma nova tragédia comparável” (Wisnik, 2018, p. 19/20).

Portanto, voltando ao ponto argumentativo central, o que as características do extrativismo latino americano e a recorrência de catástrofes envolvendo barragens de rejeitos nos revelam é que elas estão longe de serem meros acidentes. Para compreendê-las, é preciso olhar para as desigualdades do sistema-mundo moderno, ainda edificado em práticas capitalistas neocolônias (Aráoz, 2020).

Em vista disso, há certa concordância no debate científico de que não se trata de “desastres”, promovidos por causas “naturais”. Desastre e acidente mostram-se, então, termos inapropriados para referir-se aos eventos aqui mencionados, visto que ofuscam a responsabilidade humana envolvida. Daí a importância de discutir a fundo os impasses e controvérsias de ordem conceitual envolvidos na tarefa de nomear os rompimentos, seus efeitos e consequências. Assim como nos ensina Stengers, “as palavras têm poder” (2015, p. 15) e por isso seus usos devem ser encarados com responsabilidade. Pensar a forma pela qual os rompimentos devem ser tratados é, portanto, disputar a maneira pela qual eles serão e têm sido percebidos pela sociedade. “Nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (ibidem, p. 37). Com o ato de nomear, não se trata de definir algo, mas sim de *operar* com este algo, colocá-lo em ação no mundo.

Barão de Cocais na iminência da catástrofe

Há mais de um ano e meio, milhares de habitantes de Barão de Cocais vivem em estado de alerta, em especial os 458 moradores de Socorro, Tabuleiro, Piteiras e Vila do Gongo. Por serem localizadas geograficamente muito próximas à mina Gongo Soco, as quatro comunidades foram compulsoriamente evacuadas na madrugada do dia 8 de fevereiro de 2019. Inicialmente alocadas em hotéis, as famílias foram reconduzidas para casas alugadas pela Vale na cidade de Barão de Cocais. Os habitantes são proibidos de retornarem às suas casas, sob ameaça de multas e até mesmo de prisão.

Em Socorro (primeira comunidade que seria atingida em caso de rompimento, localizada a 500 metros da barragem), duas guaritas vigiam 24 horas os acessos à vila. “Eu queria poder voltar lá pra pegar algumas coisas, mas não deixam. É muito triste ser tirado da sua casa do nada assim”¹², relata Paulo Matias, um dos moradores que foi obrigado a deixar a região, só com a roupa do corpo.

¹² Fonte: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/risco-de-barragem-romper-cria-vila-fantasma-em-barao-de-cocais-mg-23052019> (acesso 07/10/2019).

Naquele dia, muitos foram forçados a deixar para trás bens materiais, memórias, plantações e animais. Dentre os impactos já sentidos pelos moradores do município, destacam-se aspectos relativos a alterações temporais e espaciais, bem como a maneira pela qual elas são sentidas. O que os relatos coletados logo após as remoções nos mostram¹³, sobretudo do ponto de vista daqueles que habitavam as comunidades evacuadas, é a oposição entre um ‘antes’ e um ‘depois’. Antes, a vida era farta de tranquilidade, sossego, animais, hortas e plantações. Agora, medo, angústia, gastos altos e traumas psicológicos fazem parte da vida provisória e precária na cidade. O morador Carlos Leal descreve:

“Quando eu me aposentei, em 2012, eu comprei esse sítio pra mim terminar a minha vida. Mas ao contrário do que eu comprei, para terminar a minha vida... fui morar nele, tem quatro anos que eu tava morando lá... então agora a Vale está acabando com a minha vida. Lá eu tenho uma vida muito boa, igual a todos os evacuados, onde nós temos o rio, né, o nosso rio, onde você pode tomar o banho... o rio passa a 89 metros da minha casa, certo?... horta, tenho os meus peixes. No meu terraço era onde eu ficava olhando a Lua, olhando até o trem passar pra Vitória a noite, tomando a minha cerveja, com a minha felicidade... Era lá que eu recebia a minha namorada, tomava a minha cerveja, meu churrasco, meus amigos. Imagina o que é você, assim como o peixe, né, se tira você da água, como um passarinho que está dentro da natureza e colocam você dentro de uma gaiola... Então essas coisas assim a gente só dá valor mesmo a hora que perde. Certo? Eu não sabia o valor que ali tinha pra mim. Depois que eu perdi que eu sabia o valor que tinha... Eu pensei que eu ia ter... que eu ia morrer ali, se pudessem me enterrar, tudo bem. Mas não, ali não podia ter jeito, não. E os peixes, cara, que você tem lá? Imagina o dia que você tá almoçando e tá vendo CNN ali, os canários... eu tenho fotos lá com quase 320 canários, eu tenho um coração desenhado com quirera e os canários morrendo. Eu tenho isso tudo aí e isso tudo morreu. Isso tudo a Vale está matando, certo? É isso aí que está acontecendo com a gente e te falo: com esse povo de Socorro, do Gongo, de Piteiras e de Tabuleiro não é diferente de mim, não. Um ou outro tudo bem, que não ama aquele lugar, mas a maioria está sofrendo o mesmo que eu estou sofrendo ou até mais do que eu estou sofrendo. Então, eu vivo aqui dentro sem liberdade, como um passarinho que está dentro de uma gaiola, certo? O que que a Vale nos deu? Ela nos deu uma cesta, no início, certo? E pronto, ela deu um dinheiro para comprar roupas que não interessa gente, porque eu tenho roupa demais, certo? E deu um tal de 5 mil reais que seria pra tudo que você tivesse! Se você... se a gente depois fosse comprar um avião, você tem que comprar com 5 mil reais. Tudo isso está lá, preso. Tudo que eu tenho,

¹³ Os principais registros destes processos foram feitos por reportagens jornalísticas, aqui citadas à medida que são mobilizadas. Como já destacado, ainda não tive a oportunidade de realizar trabalho de campo. Da mesma forma, não tenho conhecimento sobre outras pesquisas etnográficas na região.

minhas máquinas de corta lá, tá tudo lá. Tudo preso. Televisão... Nem sei se minha casa foi roubada! Que várias residências foram roubadas lá. Levaram tudo que as pessoas tinham. E a Vale acha que isso aí ela vai pagar. Vai pagar quando? Vai pagar quanto? É? Mas tem uma coisa que não tem preço, que é a dignidade da pessoa, certo? É aquilo que nós sofremos, certo? A dignidade nossa ela não paga. Ela não paga...”¹⁴.

Dos muitos aspectos presentes na fala de Carlos, chama atenção a forma pela qual ele enfatiza que suas perdas não podem ser compensadas, especialmente por quantias de dinheiro. Além disso, destaca-se o modo como ele descreve uma quebra nas relações que possuía no e com o lugar em que vivia, de uma paisagem composta por passarinhos, peixes, pelo rio, pela horta... Quer dizer, não somente os humanos foram afetados pelo possível rompimento da barragem e pelas remoções efetuadas à força, mas também os não humanos e os vínculos estabelecidos entre uns e outros. Neste sentido, a iminência da catástrofe opera como um agente de ruptura das interações ali existentes, inclusive das interespecíficas.

Outra dimensão que pode ser percebida por meio dos relatos de moradores é o modo pelo qual o medo rapidamente tornou-se uma das principais sensações presentes no dia-a-dia de quem vive na região. O próprio *dam break*¹⁵ elaborado pela Vale deixa dúvidas se o desmoronamento do talude, que vem acontecendo aos poucos, levará ou não ao rompimento da barragem. Entre os muitos cenários possíveis, o pior deles é a possibilidade de um evento com dimensões semelhantes aos rompimentos de Mariana ou Brumadinho, o que atormenta muitos que ali habitam.

Desde a desativação da barragem e da evacuação das vilas, a Vale começou a tomar algumas medidas preventivas, como a construção de um muro de concreto de 35 metros de altura próximo à barragem, para conter os rejeitos¹⁶. Obra que, no entanto, foi abandonada antes mesmo de ser concluída por “inviabilidade técnica”¹⁷, depois da empresa ganhar posse e desmatar terrenos na região de André de Mato Dentro, o que gerou desconfiança por parte de moradores e ambientalistas, uma vez que a área corresponde a uma região de interesse econômico da Vale, visto que abriga duas minas subterrâneas¹⁸. E essas desconfianças não acontecem sem razão.

¹⁴ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=j4UgCFYuPNY> (acesso 24/10/2020).

¹⁵ Estudo que avalia potenciais impactos em caso de rompimento de uma barragem.

¹⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/08/31/talude-de-mina-da-vale-em-barao-de-cocais-em-mg-ja-se-deslocou-mais-de-30-metros-diz-anm.ghtml> (acesso 07/10/2019).

¹⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/12/05/vale-paralisa-parte-de-obra-para-conter-rejeitos-em-barao-de-cocais-mg.ghtml> (acesso 25/10/2020).

¹⁸ Fonte: <https://theintercept.com/2019/12/02/vale-panico-mg-obra-inviavel/> (acesso 10/12/2019).

Recentemente, após a negociação dos valores de seus terrenos com a Vale, ex-moradores de Brumadinho descobriram que a região possui “potencial de mineração”, pois guarda embaixo dos 905 hectares próximos ao Córrego do Feijão uma jazida de ferro, conhecida pela empresa desde 2006¹⁹. Se tivessem acesso a essas informações, os atingidos poderiam receber valores mais elevados e justos pelos terrenos. Segundo o termo acordado com o Ministério Público de Minas Gerais, os atingidos tiveram que vender suas terras à Vale para ter acesso às indenizações. “A Vale tenta fazer negócio inclusive em cima das tragédias. É o que tá acontecendo em Brumadinho. A Vale está construindo um novo negócio em cima do crime que ela cometeu”, declarou Joceli Andreoli, membra do Movimento dos Atingidos por Barragens²⁰.

Essas situações lembram a descrição de Naomi Klein (2008) sobre o *capitalismo de desastre*, em que acontecimentos catastróficos são tratados como oportunidades de mercado. Para a autora, aos olhos de investidores, desastres muitas vezes são encarados como ocasiões propícias para a implementação de políticas neoliberais, pois executam limpezas de locais com potencial de lucro, oferecendo terrenos “prontos” para aproveitamento após o estado de choque coletivo e público. O que também remete à fala de Eduardo Viveiros de Castro na ocasião do incêndio do Museu Nacional: “O Brasil é um país onde governar é criar desertos”²¹. Independente dos reais motivos que levaram a Vale a abandonar as obras de prevenção em André de Mato Dentro, a insegurança dos moradores em relação aos interesses da mineradora faz com que muitos não acreditem na boa vontade da empresa em proteger a região e sua população.

O mesmo *dam break* estima que, em caso de rompimento, a lama chegaria na cidade de Barão de Cocais em 1:12 minutos. Por isso, a população foi sistematicamente convocada, desde março, para a realização de simulações de emergência. Sem sirenes de alerta instaladas pela cidade (o que contribuiu para tantas mortes em Brumadinho), a Vale distribuiu carros com autofalantes pela região. Segundo a própria mineradora, na ausência de sirenes, o número de mortos pode alcançar de 100 a 1000 pessoas; com elas, cairia para no máximo 10. Nas ruas da cidade, placas apontam a rota de fuga que leva aos sete pontos planejados para evacuação em caso de rompimento:

¹⁹ Segundo a ANM. Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/05/27/brumadinho-terrenos-atingidos-pela-lama-da-vale-tem-potencial-de-mineracao.ghtml> (acesso 07/10/2019).

²⁰ Movimento dos Atingidos por Barragens. Fonte: idem.

²¹ Fonte: <https://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipsilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021> (acesso 02/12/2019).



Imagem 1: Placas indicam as rotas de fuga planejadas para os moradores em caso de rompimento.
Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo²².

Pelas calçadas, a tinta laranja também sugere o provável caminho que a lama deve percorrer:



Imagem 2: As calçadas pintadas de laranja indicam por onde a lama deve passar em caso de rompimento.
Foto: Frame de vídeo-reportagem “Vidas em suspensão: moradores à espera de um desastre”, Portal R7²³.

²² Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/barao-de-cocais-mg-nao-tenho-pique-para-correr-ate-rota-de-fuga-sozinha-diz-aposentada-espera-de-rompimento-de-barragem-23686881> (acesso: 25/10/2020).

²³ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=1tbcpJnnOco> (acesso 25/10/2020).

Sobre estas inscrições cotidianas, que relembram aos habitantes a todo momento sobre a iminência da catástrofe, o morador Paulo Sabino comenta:

“Então tem que ter um psicológico muito bom pra tá nesse lugar. A gente vê essas ruas, com essa marca, tudo marcado. Eu venho da minha casa, e talvez eu possa não voltar pra minha casa, porque pode estourar a qualquer momento. Então, assim, a gente tá nesse momento muito conturbado dessa situação. O tempo vai passando, vai passando, e as coisas não acontecem. E aí a gente tá nessa angústia, essa espera do que não acontece, e as coisas tão seguindo...”²⁴.

Vivendo sob tensão contínua, a procura por atendimentos médicos e psicológicos e o consumo de remédios por parte da população vêm aumentando. Segundo o prefeito de Barão de Cocais, Décio dos Santos (Partido Verde), cresceu em 2 mil o número de atendimentos por mês desde que se iniciou a “contagem regressiva” para a possível tragédia²⁵.

O que o conjunto destas breves – porém fortes e significativas – falas de moradores de Barão nos indicam é que, mesmo sem o rompimento da barragem efetivado, sua possibilidade por si só já afetou a região em diferentes dimensões. A vida tornou-se incerta para o município e seus habitantes, humanos e não humanos. Todavia, é importante lembrar também que, desde março de 2019, mais de um ano e meio se passaram desde que a tragédia se tornou provável. Como os moradores de Barão reagiram neste meio tempo às novas condições de uma vida, marcadas pelo constante alerta? Que adaptações cotidianas tiveram que ser realizadas para que se tornar-se possível continuar a viver (e sobreviver) ali? O medo ainda se faz presente no dia-a-dia dos habitantes de Barão? Como o passar do tempo altera (se é que realmente altera) os sentimentos relativos ao receio de ruptura da barragem e de suas consequências? Será que, em algum sentido, certas incertezas foram naturalizadas pelos moradores?

Estes são alguns dos questionamentos que movem a pesquisa agora, um ano depois da escrita de seu projeto. Como já mencionado, as incertezas relacionadas às possibilidades de trabalho de campo colocam dúvidas sobre os caminhos etnográficos que possibilitam a investigação dessas perguntas, mas não as inviabilizam.

²⁴ Fonte: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/entenda-os-problemas-na-barragem-que-ameaca-barao-de-cocais-mg-26052019> (acesso 07/10/2019).

²⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/21/vivendo-sob-tensao-por-cao-de-barragem-barao-de-cocais-ve-numero-de-atendimentos-medicos-e-psicologicos-aumentar.ghtml> (acesso 07/10/2019).

De todo modo, outros relatos jornalísticos²⁶ mais recentes indicam que o medo ainda se faz presente: “Nós estamos vivendo na incerteza desde o dia 8 de fevereiro [de 2019] com essa angústia”, declara um morador entrevistado pela Jornal Nacional, na TV Globo²⁷. Em sentido semelhante, conta também o morador Sebastião Elza de Paula:

“Tá fazendo um ano hoje. Nós saímos daqui de madrugada, corrido, falaram que a lama tava chegando, tava chegando... E até hoje essa lama invisível tá aí. Eu tinha aí restaurante, tinha tudo aí, e hoje não tem nada. Acabou. Tô vivendo aí com um salário mínimo”²⁸.

Por outro lado, é provável também que o pânico gerado nas primeiras semanas após a remoção dos moradores não é vivido com a mesma intensidade todos os dias. Se isso for verdade, como as angústias são alocadas e realocadas com o passar do tempo? O que de novo o tempo apresenta às percepções daqueles que vivem no caminho da lama?

Um pequeno parênteses, com apreensão

No momento que este artigo está sendo finalizado, a previsão de chuvas fortes para o final de semana (dos dias 24 e 25 de outubro de 2020) em Minas Gerais fez com que a Agência Nacional de Mineração enviasse à Vale um alerta de atenção máxima e pedido de monitoramento redobrado para três de suas barragens: a B3/B4, localizada no distrito de Macacos, em Nova Lima; a Forquilha III, em Ouro Preto; e a Sul Superior, em Barão de Cocais²⁹. A chuva, tão aguardada e desejada em certas regiões do país que há meses sofrem com as queimadas, como o Pantanal e o Cerrado, representa motivo de intensificação do medo e da angústia para outros. Situação esta que reforça três ideias. A primeira, de que a instabilidade e a incerteza em que vivem os moradores de Barão não cessou. A segunda, de que este tipo de situação não deve ser encarado como uma desastre. E, por fim, de que é preciso continuar investigando os motivos que explicam a recorrências destas crises socioambientais.

²⁶ Aqui, mostra-se fundamental notar que entrevistas jornalísticas e etnográficas possuem interesses e modos de serem realizadas bastante distintos. O uso do material jornalístico serve, por enquanto, para a criação de hipóteses, a serem examinadas posteriormente com a cautela que a antropologia nos exige.

²⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/12/05/vale-paralisa-parte-de-obra-para-conter-rejeitos-em-barao-de-cocais-mg.ghtml> (acesso 25/10/2020).

²⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/02/08/um-ano-depois-das-sirenes-moradores-de-barao-de-cocais-continuam-sem-saber-quando-voltam-para-casa.ghtml> (acesso: 25/10/2020).

²⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/10/24/anm-alerta-mineradoras-por-cao-de-previsao-de-fortes-chuvas-em-minas-gerais.ghtml> (acesso: 25/10/2020)

Temporalidades desencontradas

A situação de espera em Barão de Cocais se assemelha, em certos sentidos, ao que foi registrado por etnografias que acompanharam moradores de cidades localizadas ao longo do Rio Doce durante o aguardo da lama após o rompimento da barragem de Mariana. Em Regência, cidade litorânea do Espírito Santo, por exemplo, a expectativa para a chegada da lama tóxica, que durou 11 dias, deixou a população muito ansiosa (Losekann, 2017). Ainda que o potencial de destruição dos rejeitos estivesse amenizado, centenas de quilômetros depois da barragem propriamente dita, os moradores assistiram à parte da devastação inevitável da catástrofe, que chegou a deixar uma mancha marrom de 40 quilômetros no Oceano Atlântico³⁰.

Como argumenta a economista e cientista social Norma Valencio, um desastre não causa apenas perturbação e descontrole, mas “também é um processo que diz respeito a um desencontro entre diversos tempos, cujo desencaixe se torna fonte de angústias e insuficiências” (2017, p. 9). O embarçamento de temporalidades e de suas percepções em Barão se expressam na fala de uma moradora entrevistada pelo Jornal MG1, da TV Globo: “Eu deixei minha casa, deixei tudo lá e coloquei na minha cabeça que aqui a gente tá passando um final de semana”³¹.

Um fim de semana que já dura mais de um ano e meio. Muitas vidas que foram colocadas em suspensão, cuja suspensão tornou-se permanente. O estável que se tornou instável e que, com o tempo, fez da própria instabilidade uma situação duradoura e, por isso, de certa forma também estável. A iminência de uma catástrofe que, se porventura se acomoda, é novamente lembrada a partir da previsão de uma chuva forte.

O rompimento da barragem da mina de Gongo Soco é, por ora, apenas uma possibilidade, um evento possível no futuro. No entanto, trata-se de um futuro que se antecipa na forma de medo e de privação de determinada forma de vida, tornando-se angústia no presente. Um futuro marcado no presente, que por sua vez também altera as percepções sobre o passado e o que com ele foi levado. Relembrando a fala de Carlos Leal: “... essas coisas assim a gente só dá valor mesmo a hora que perde. Certo? Eu não sabia o valor que ali tinha pra mim. Depois que eu perdi que eu sabia o valor que tinha”.

³⁰ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/surfistas-lamentam-proibicao-de-surf-em-regencia-depois-da-lama.html> (acesso 25/10/2020).

³¹ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/02/08/um-ano-depois-das-sirenes-moradores-de-barao-de-cocais-continuam-sem-saber-quando-voltam-para-casa.ghtml> (acesso 25/10/2020).

Esses embaraçamentos de temporalidades são encontrados também na descrição que alguns autores fazem do Antropoceno, este novo período da história em que nos encontramos³², marcado pela influência das atividades humanas, que passaram a alterar de forma decisiva as condições de vida na Terra (Veiga, 2019).

Para o historiador Dipesh Chakrabarty, o Antropoceno é um produtor de novas relações entre o passado, o presente e o futuro. Resignifica o passado à medida que nos faz rever a maneira pela qual lidávamos com a divisão entre uma suposta *história da humanidade* e uma suporta *história da natureza*³³. Altera o presente porque demonstra estar ao nosso alcance (e ao mesmo tempo em nossa responsabilidade) mudar certos modos de viver e se relacionar no e com o mundo, principalmente com o que chamamos de natureza, ou meio ambiente. E alerta sobre o futuro porque revela que a continuidade de muitas espécies de seres vivos, incluindo a humana, depende dessas mudanças. Nas palavras do próprio autor: “A discussão sobre a crise das mudanças climáticas pode, assim, produzir afeto e saber sobre os passados e futuros coletivos humanos que operam nos limites de compreensão histórica” (2013, p. 21).

Segundo o antropólogo e filósofo Bruno Latour, o Antropoceno, na figura de Gaia³⁴, faz mostrar sua existência, emergindo do futuro para o presente. Em sua *agência*, os fenômenos de um futuro próximo em disputa nos obrigam a repensar todo o passado – principalmente àqueles que mantêm modos de vida destruidores da ecologia e de suas relações. Para ele, descrever o presente e seus perigos é uma maneira de alertar sobre as possibilidades de futuro. “*Back to the future?* [De volta ao futuro?]. Melhor, *forward to the past!* [avançar para o passado!]” (2020, p. 105), brinca o autor.

Em sentido muito semelhante, a bióloga e filósofa Donna Haraway caracteriza o Antropoceno (que prefere chamar pelo nome de Chthuluceno) como um *evento limite* que expressa, ao mesmo tempo, “passado, presente e o que está por vir” (2016, p. 140). A filósofa Isabelle Stengers, por sua vez, nomeia Gaia, aquela que irrompe sua intrusão, como “*a being the past of which is reconstructed in order to learn about its presentes and future behavior*” (2014, p. 2)³⁵.

³² O Antropoceno enquanto classificação geológica é motivo de disputa entre cientistas, especialmente no que diz respeito ao seu início. Porém, cada vez mais debatido, tem ganhado ampla adesão e comprovação científica. Ver Zalasiewicz et al. (2017).

³³ Divisão essa relacionada à dicotomia produzida pelo pensamento científico-moderno-euroamericano entre natureza e cultura, já extensamente debatida na antropologia. Ver, por exemplo, Latour (1994).

³⁴ Não caberá, nos limites deste artigo, me debruçar sobre a figura de Gaia. Para melhor entender seu significado, ver Stengers (2015), Latour (2020) e Margulis e Lovelock (2002).

³⁵ Em tradução livre: “um ser cujo passado se reconstrói para conhecer seu comportamento presente e futuro”.

Salvo pequenas diferenças e discordâncias entre os autores, o que todos eles parecem querer expressar é a capacidade do Antropoceno de atravessar tempos e dobrar temporalidades, fazendo com que passado, presente e futuro se choquem, se encontrem e desencontrem, desestabilizando-se uns aos outros. Se entendermos os rompimentos de barragens aqui referidos como episódios representativos de uma das expressões do atual período antropocênico, encontramos forte relação entre as marcas do embaralhamento temporal de ambos.

Deste modo, viver e a iminência da catástrofe em Barão de Cocais é uma forma localizada de experienciar o Antropoceno, fenômeno que se demonstra em dimensões planetárias. Tal qual, descrever e nomear cuidadosamente – como nos ensinam Latour e Stengers – a difícil situação em que se encontram os moradores de Barão; o quadro rompimentos de barragens recorrentes em Minas Gerais e no Brasil; e o padrão do extrativismo de minérios predominante na América Latina é também descrever, nomear e entender o Antropoceno.

Apontamentos finais: viver e sobreviver no *tempo das catástrofes*

O que tentei demonstrar ao longo deste texto é o modo pelo qual a população de Barão de Cocais vem sendo afetada pela possibilidade do rompimento da barragem de Gongo Soco, anunciada ainda no início de 2019. Ainda que a ruptura não tenha se efetivado e que os *imponderáveis da vida real*, para lembrar de Bronisław Malinowski, deixam dúvidas sobre a realização do trabalho de campo; relatos jornalísticos nos ajudam a perceber como a população do município já tem sentido os impactos desta situação. Na imposição de um cotidiano instável e incerto, muitas vidas (humanas e não humanas) vivem sob a ameaça da “lama invisível”.

Como em uma via de mão dupla, acredito que pensar o Antropoceno nos ajuda a perceber de maneira mais sensível a realidade de Barão de Cocais, do mesmo modo que esta nos serve para compreender o Antropoceno, material e imaterialmente (partindo do pressuposto que as duas dimensões se autoconstituem). Além de pedir, com urgência, pela alteração de certas posturas e modos de vida, o Antropoceno nos convida também a pensar e repensar as próprias práticas científicas. Isto passa por levar a sério o desafio de descrever e nomear, com *responsa-habilidade*, os processos em que a antropologia está engajada (Haraway, 2011).

Bibliografia

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. 2018. *Anuário Mineral Brasileiro de 2018*. Disponível em: http://www.anm.gov.br/amb_2018.pdf.]

ARÁOZ, Horario Machado. 2020 *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo, Editora Elefante.

CHAKRABARTY, Dipesh. 2013. “O clima da história: quatro teses”. IN: *Revista Sopro*, 91, julho/2013.

GUDYNAS, Eduardo. 2016. “Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame”. In: ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola Bolados & CASTRO, Edna (org). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo, Editora Anablume. pp. 23-43.

HARAWAY, Donna. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente”. IN: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, nº 35, pp. 27-64, janeiro-julho.

_____, Donna. 2016. “Antropoceno, Capitaloceno, Plantationceno, Chthuluceno: fazendo parentes”. IN: *ClimaCom Cultura Científica*, Ano 3, nº 5, abril.

KLEIN, Naomi. 2008. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34.

_____, Bruno. 2020. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora UBU.

LOSEKANN, Cristiana. 2017. ““Não foi acidente!”. O lugar das emoções na mobilização do afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil”. IN: ZHOURI, Andrea. *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Pará, Editora iGuana – ABA.

MARGULIS, Lynn & LOVELOCK, James. 2002. *Gaia - Uma teoria do conhecimento*. Ed. Gaia.

PIGNARRE, Philippe & STENGERS, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

SANTOS, Rodrigo & MILANEZ, Bruno. 2017. “A construção do desastre e a ‘privatização da regulação mineral: Reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce’”. IN: ZHOURI, Andrea. *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Pará, Editora iGuana – ABA.

_____, Isabelle. 2014. “Gaia, the urgency to think (and feel)”. IN: *Os mil nomes de Gaia – do Antropoceno à Idade da Terra*”, disponível em: www.osmilnomesdegaia.eco.br.

STENGERS, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. Editora Cosac Naify, São Paulo.

VALENCIO, Norma. 2017. “A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre”. IN: Conferência no 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

VEIGA, José Eli da. 2019. *O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra*. São Paulo, Editora 34.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & DANOWSKI, Déborah. 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Editora Desenterro, Florianópolis e Instituto Socioambiental, São Paulo.

WISNIK, José Miguel. 2018. *Maquinação do mundo*. Companhia das Letras, São Paulo.

ZALASIEWICZ, Jan et al. 2017. “The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations”. IN: *Anthropocene*, 19, p. 55-60.

ZHOURI, Andrea. 2012. “Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia”. IN: ZHOURI, Andrea. *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília, Associação Brasileira de Antropologia.

_____, Andrea. 2017. “Produção de conhecimento em um ‘campo minado’”. IN: ZHOURI, Andrea. *Mineração, violências e resistências – Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Pará, Editora iGuana – ABA.